

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

MANUAL DE
PROCESSO PENAL
VOLUME ÚNICO



revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N876m
5. ed.

Nucci, Guilherme de Souza, 1962-
Manual de processo penal / Guilherme de Souza Nucci. - 5. ed., rev. e atual. -
Rio de Janeiro : Forense, 2024.
736 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-957-0

1. Processo penal - Brasil. 2. Processo penal - Manuais, guias, etc. - Brasil. I.
Título.

23-87533

CDU: 343.1(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

Capítulo I PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo penal.....	1
2. O processo penal democrático.....	2
Síntese.....	3

Capítulo II PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução	5
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal.....	5
3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	6
3.1 Concernentes ao indivíduo.....	6
3.1.1 Princípio da presunção de inocência	6
3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação	7
3.1.2 Princípio da ampla defesa.....	8
3.1.3 Princípio da plenitude de defesa.....	8
3.2 Concernente à relação processual.....	9
3.2.1 Princípio do contraditório.....	9
3.3 Concernentes à atuação do Estado	1
	0

3.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes	10
3.3.2	Princípio da publicidade	11
3.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas.....	12
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	13
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	13
3.3.5.1	Sigilo das votações	13
3.3.5.2	Soberania dos veredictos	14
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	14
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar	14
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	14
4.1	Concernente à relação processual	14
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	14
4.2	Concernentes à atuação do Estado.....	15
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	15
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal.....	15
4.2.3	Princípio da oficialidade	16
4.2.4	Princípio da intranscendência	16
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	17
5.	Princípios meramente processuais penais.....	17
5.1	Concernentes à relação processual.....	17
5.1.1	Princípio da busca da verdade real	17
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	18
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	19
5.1.4	Princípio da comunhão da prova.....	19
5.2	Concernentes à atuação do Estado.....	19
5.2.1	Princípio do impulso oficial	19
5.2.2	Princípio da persuasão racional.....	20
5.2.3	Princípio da colegialidade.....	20
Síntese		21

Capítulo III

SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1.	Sistema inquisitivo.....	27
2.	Sistema acusatório	28
3.	Sistema misto.....	28
4.	Opção do sistema processual brasileiro.....	29
Síntese		29

Capítulo IV

FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte	31
2. Fontes materiais	31
3. Fontes formais	32
4. Interpretação da lei processual penal	33
Síntese	34

Capítulo V

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade	35
2. Conceito de tratado e convenção	35
3. Regras de direito internacional	36
4. Exceção à regra da territorialidade	36
5. Conflito entre tratado e direito interno	37
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais	38
7. Jurisdição política	39
8. Justiça Especial	39
9. Tribunal de Segurança Nacional	39
10. Legislação especial	40
Síntese	40

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. Regra geral	41
2. Normas processuais penais materiais	42
Síntese	43

Capítulo VII

INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Conceito de inquérito policial	45
1.1 Juiz das garantias	46
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias	46
1.1.2 Prorrogação do inquérito	51
1.1.3 Encaminhamento da investigação	51
1.1.4 Designação do juiz das garantias	53
1.1.5 Tutela da imagem dos presos	53
2. Polícia judiciária	53
3. Outras investigações criminais	54
4. Início do inquérito policial	55
5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	56
6. <i>Notitia criminis</i>	56

7. <i>Delatio criminis</i>	56
8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.....	56
9. Requisição, requerimento e representação.....	57
10. Negativa de cumprimento à requisição.....	58
11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação.....	58
12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima.....	59
13. Procedimento da autoridade policial.....	60
14. Indiciamento e constrangimento ilegal.....	60
15. Requisição de indiciamento.....	60
16. Motivação do indiciamento.....	61
17. O indiciado como objeto da investigação.....	61
18. Regras do interrogatório.....	61
19. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica.....	62
20. Reconstituição do crime.....	62
21. Prazo para a conclusão do inquérito.....	63
22. Contagem dos prazos.....	64
23. Cômputo do período de prisão temporária.....	65
24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial.....	65
25. Instrumentos do crime e objetos de prova.....	66
26. Particularidades do inquérito policial.....	66
26.1 Inquisitivo.....	66
26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública.....	66
26.1.2 Vetos realizados aos §§ 3º, 4º e 5º ao art. 14-A, mas derrubados pelo Parlamento.....	68
26.2 Sigiloso.....	69
26.3 Incomunicabilidade do indiciado.....	71
27. Relatório final.....	71
28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público.....	72
29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade.....	72
30. Termo circunstanciado.....	73
31. Curador.....	73
32. Arquivamento do inquérito e outras providências.....	73
32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação.....	74
32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	75
32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo... ..	75
32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária.....	75
32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública.....	76
32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral.....	76
32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito.....	76

32.7 Arquivamento indireto	77
32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal	77
32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências	77
33. Trancamento do inquérito policial	78
34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito.....	78
35. Acordo de não persecução penal	79
Síntese	80

Capítulo VIII AÇÃO PENAL

1. Fundamento constitucional.....	83
2. Conceito de ação penal	83
3. Espécies de ação penal.....	84
4. Ação penal popular	85
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais.....	85
6. Início da ação penal.....	86
7. Condições genéricas da ação penal	87
7.1 Possibilidade jurídica do pedido	88
7.2 Interesse de agir	90
7.3 Legitimidade de parte	90
7.4 A justa causa para a ação penal.....	91
8. Condições específicas da ação penal	91
9. Representação do ofendido	92
10. Requisição do Ministro da Justiça	95
11. Ação penal privada e suas particularidades	97
11.1 Decadência	97
11.2 Renúncia	99
11.3 Perdão.....	100
11.4 Perempção	102
11.5 Ação privada subsidiária da pública	104
11.6 Espécies de ação privada.....	106
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa	106
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania	107
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa	108
12.1 Denúncia ou queixa genérica.....	110
12.2 Denúncia ou queixa alternativa	111
12.3 Concisão da denúncia ou queixa	111
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento.....	111
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	112
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	112
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa	113
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	113

12.9	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	114
12.10	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada	115
12.11	Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem.....	115
13.	Reconhecimento da extinção da punibilidade	116
13.1	Morte do réu	116
13.2	Certidão de óbito falsa	117
Síntese	118

Capítulo IX

AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1.	Conceito	121
2.	Separação da jurisdição	122
3.	Sentença condenatória como título executivo	123
4.	Sentença concessiva de perdão judicial.....	124
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa.....	124
6.	Revisão criminal.....	124
7.	Extensão do ressarcimento do dano.....	124
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal.....	125
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível.....	126
10.	Existência de sentença absolutória penal.....	127
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público.....	128
Síntese	128

Capítulo X

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Conceito de jurisdição.....	129
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal	130
3.	Conceito de competência.....	130
4.	Competência absoluta e competência relativa.....	130
5.	Quadro geral de competência	131
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro	132
6.1	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo.....	134
6.2	A matéria como regra específica de competência.....	136
6.3	A prerrogativa de foro como regra específica de competência	140
6.3.1	Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria	141
6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função.....	145
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público	145
6.3.2.2	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado.....	145
6.3.2.3	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa.....	146
6.3.2.4	Exceção da verdade nos crimes contra a honra.....	147

6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	147
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar.....	147
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal	148
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva.....	149
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência.....	150
6.5.1	Conceito de conexão.....	152
6.5.2	Conexão material e conexão processual	153
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo.....	154
6.5.4	Espécies de conexão.....	155
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade.....	155
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso	155
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade	156
6.5.4.4	Conexão objetiva	156
6.5.4.5	Conexão instrumental.....	156
6.5.5	Conceito de continência.....	157
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas	157
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso	157
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes	157
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência	158
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência.....	158
7.	Regras para a eleição do foro prevalente.....	160
7.1	Competência prevalente do júri	161
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia	161
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri	162
7.2	Jurisdição da mesma categoria.....	162
7.3	Jurisdição de categoria diversa.....	163
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição	164
7.4	Jurisdição comum e especial.....	164
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual	164
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal.....	165
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência.....	165
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar.....	165
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude	166
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental.....	166
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente.....	167
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados	167
9.	Separação facultativa dos processos	168
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado.....	168

9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados.....	168
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante.....	169
10.	Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência.....	169
11.	Conexão e continência no contexto das investigações policiais.....	170
12.	Autoridade de jurisdição prevalente.....	170
13.	Regras de aplicação da lei processual penal no espaço.....	171
13.1	Crimes a bordo de embarcações.....	171
13.2	Crimes a bordo de aeronaves.....	172
13.3	Regra residual de competência.....	173
Síntese	173

Capítulo XI

INCIDENTES PROCESSUAIS

1.	Introdução e conceitos.....	183
2.	Questões prejudiciais.....	184
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar.....	184
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	184
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	184
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias.....	184
2.3.2	Prejudiciais facultativas.....	186
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas.....	187
3.	Procedimentos incidentes.....	187
3.1	Exceções.....	187
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento.....	188
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento.....	188
3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício.....	189
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz.....	189
3.1.5	Procedimento do juiz.....	190
3.1.6	Consequências da procedência da exceção.....	192
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal.....	192
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público.....	193
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares.....	194
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri.....	195
3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	196
3.1.12	Exceção de incompetência.....	197
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência.....	197
3.1.14	Exceção de litispendência.....	198
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência.....	199
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte.....	199
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte.....	200
3.1.18	Exceção de coisa julgada.....	200
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	201
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberantemente julgada.....	202

3.1.21	Limites da coisa julgada	202
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada	204
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	204
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	204
3.2.1	Consequência do impedimento	205
3.3	Conflito de competência.....	206
3.3.1	Conflito de atribuição.....	207
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	207
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência	208
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência	208
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência	210
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal.....	210
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito	211
3.4	Restituição de coisas apreendidas.....	211
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	213
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração	214
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição	214
3.5	Medidas assecuratórias	215
3.5.1	Sequestro	215
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro	216
3.5.1.2	Procedimento do sequestro	216
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	219
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	219
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	220
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas.....	221
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis.....	221
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto.....	221
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	222
3.6	Incidente de falsidade.....	223
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade.....	223
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento.....	224
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente.....	224
3.7	Incidente de insanidade mental.....	225
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	226
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado....	227
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental..	228
3.8	Incidente de ilicitude de prova.....	228
Síntese	229

Capítulo XII

PROVAS

1.	Conceito e sentido de prova	235
2.	Meios de prova	236

2.1 Prova emprestada	236
2.2 Provas ilícitas.....	236
3. Finalidade e objeto da prova.....	237
4. Ônus da prova	238
4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz.....	239
5. Sistemas de avaliação da prova.....	240
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral	241
6.1 Disposições gerais.....	241
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	242
6.2.1 Cadeia de custódia.....	243
6.3 Confissão e corpo de delito.....	244
6.4 Formalização do laudo pericial.....	245
6.5 Necropsia	247
6.6 Exumação e inumação.....	247
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais.....	248
6.8 Exame de local	249
6.9 Exame laboratorial.....	249
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins.....	250
6.11 Laudo de avaliação	251
6.12 Exame de local de incêndio.....	251
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico).....	252
6.14 Exame dos instrumentos do crime.....	253
6.15 Quesitos na realização de perícia	254
6.16 Exame por precatória.....	254
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial.....	254
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial.....	256
7. Interrogatório	257
7.1 Conceito.....	257
7.2 Natureza jurídica do interrogatório	257
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório.....	257
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica.....	258
7.5 Presença do defensor.....	259
7.6 Interrogatório de réu preso	260
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência.....	260
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência.....	261
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência.....	262
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório	263
7.8 Classificação do interrogatório.....	263
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio.....	264
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado.....	265
7.11 Colaboração das partes no interrogatório.....	265
7.12 Interrogatório em separado.....	266

7.13	Formas especiais de interrogatório	266
7.14	Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	267
7.15	Renovação do interrogatório	268
8.	Confissão.....	268
8.1	Conceito de confissão	268
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão.....	269
8.3	Espécies de confissão	269
8.4	A delação premiada e suas fontes legais	269
8.5	Critérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas.....	271
8.6	Silêncio como elemento para o convencimento do juiz.....	271
8.7	Divisibilidade da confissão.....	271
8.8	Retratibilidade da confissão	272
9.	Do ofendido.....	272
9.1	Conceito de ofendido.....	272
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha.....	272
9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição.....	273
9.4	Valor probatório da palavra da vítima.....	273
9.5	Vítima não comete falso testemunho.....	274
9.6	Condução coercitiva e processo por desobediência	274
9.7	Comunicação dos atos processuais ao ofendido	275
9.8	Assistência ao ofendido	276
9.9	Preservação da intimidade do ofendido.....	276
10.	Prova testemunhal	277
10.1	Conceito de testemunha	277
10.2	Natureza jurídica	277
10.3	Classificação das testemunhas.....	277
10.4	Informante ou declarante	278
10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento.....	278
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu.....	279
10.7	Corréu como testemunha.....	280
10.8	Testemunho único.....	280
10.9	A importância do compromisso.....	280
10.10	Recusa em depor	281
10.11	Formalidades da colheita do depoimento.....	282
10.12	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa	282
10.13	Proibição de depor	284
10.14	Impedimento legal para o compromisso.....	285
10.15	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público.....	285
10.16	Colheita dos depoimentos em separado	286
10.17	Finalização do sistema presidencialista de inquirição.....	287
10.18	Aprecaç�o pessoal da testemunha	288
10.19	Contradita	289
10.20	Influência do acusado na colheita do depoimento.....	290

10.21	Regularidade da intimação da testemunha.....	292
10.22	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	293
10.23	Obrigatoriedade de participação do intérprete	296
10.24	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	296
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas	297
11.1	Conceito de reconhecimento	297
11.2	Natureza jurídica	297
11.3	Reconhecimento fotográfico.....	297
11.4	Formalidades para o reconhecimento.....	297
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova.....	299
11.6	Reconhecimento informal	300
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência	300
11.7	Reconhecimento de coisa.....	300
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo.....	301
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes	301
12.	Acareação.....	301
12.1	Conceito de acareação	301
12.2	Natureza jurídica	301
12.3	Valor da acareação	301
12.4	Admissibilidade da acareação	302
12.5	Objeto da acareação	302
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício.....	302
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação	303
12.8	Acareação à distância	303
13.	Prova documental.....	304
13.1	Conceito de documento	304
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo	304
13.3	Documentos nominativo e anônimo.....	304
13.4	Fotografia do documento.....	305
13.5	Valoração e licitude do documento.....	305
13.6	Diligência de ofício	306
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	306
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos	307
13.9	Documento e “documentação”	308
14.	Prova indiciária.....	308
14.1	Conceito de indício	308
14.2	Indução	308
14.3	Integração entre indução e dedução.....	309
14.4	Valor probatório dos indícios	309
14.5	Diferença entre indício e presunção	310
14.6	Contraindícios	310
15.	Busca e apreensão	310
15.1	Conceito de busca e apreensão.....	310

15.2	Natureza jurídica	311
15.3	Momentos para a sua realização	311
15.4	Regras especiais de busca e apreensão	312
15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio.....	312
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	312
15.7	Mandado judicial certo e determinado	314
15.8	Exigência do mandado judicial para a polícia	316
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição, com destaque para a inviolabilidade do escritório do advogado.....	316
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal	319
15.11	Formalidades para a realização de busca domiciliar	320
15.12	Locais equiparados a domicílio	322
15.13	Busca em território alheio.....	322
	Síntese.....	323

Capítulo XIII

AS PARTES NO PROCESSO PENAL

1.	Juiz	327
1.1	O juiz como sujeito da relação processual.....	327
1.2	Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros	327
1.3	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial.....	328
1.4	Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos	328
1.5	Suspeição do juiz	330
1.6	Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição.....	333
1.7	Criação proposital de animosidade por má-fé	333
2.	Ministério Público	333
2.1	O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual.....	333
2.2	Impedimento do representante do Ministério Público	335
2.3	Funções principais no processo penal	336
3.	Acusado.....	336
3.1	O acusado como parte na relação processual	336
3.2	Indisponibilidade do direito de defesa.....	337
3.3	Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova.....	337
4.	Defensor	337
4.1	Crítérios para nomeação, situação no processo e autodefesa	337
4.2	Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i>	341
4.3	Nomeação no termo e impedimento	342
5.	Curador.....	343
6.	Assistência.....	343
6.1	Assistente de acusação	343
6.2	Intervenção do ofendido.....	343
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação	344
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo	345

6.4.1	A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal.....	345
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver.....	346
6.6	Corréu como assistente.....	346
6.7	Atribuições do assistente.....	346
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente.....	347
7.	Funcionários da Justiça.....	348
7.1	Denominação.....	348
7.2	Suspeição.....	348
8.	Peritos e intérpretes.....	349
8.1	Perito.....	349
8.2	Intérprete.....	349
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete.....	349
8.4	Disciplina judiciária do perito.....	349
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória.....	350
8.6	Impedimento dos peritos.....	350
8.7	Suspeição dos peritos.....	351
Síntese	351

Capítulo XIV

PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito de prisão.....	353
2.	Fundamento constitucional da prisão.....	353
3.	Espécies de prisão processual cautelar.....	353
4.	Controle da legalidade da prisão.....	354
5.	Conceito de liberdade provisória.....	355
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória.....	355
7.	Formalidades da prisão.....	355
7.1	Prisão especial.....	360
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar.....	362
8.1	Prisão temporária.....	362
8.2	Prisão em flagrante.....	364
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório.....	366
8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito.....	366
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito.....	367
8.2.4	Flagrante presumido.....	368
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado.....	368
8.2.6	Flagrante forjado.....	369
8.2.7	Flagrante esperado.....	369
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado.....	369
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	370
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	371
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante.....	372
8.3	Prisão preventiva.....	374
8.3.1	Momento da decretação e período de duração.....	374

8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva	376
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva.....	379
8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	380
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu	382
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado.....	382
8.4	Prisão decorrente de pronúncia.....	382
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	384
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	385
8.6.1	Espécies de medidas cautelares	385
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares.....	386
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa.....	388
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa.....	388
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas	389
8.7	Prisão domiciliar.....	389
9.	Liberdade provisória.....	390
9.1	Liberdade provisória com fiança.....	390
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança.....	392
9.1.2	Valor da fiança	394
9.1.3	Condições da fiança	395
9.1.4	Fiança definitiva	395
9.1.5	Consequências possíveis da fiança.....	398
10.	Liberdade provisória sem fiança	400
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contraditório do sistema ..	401
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória	402
Síntese	403

Capítulo XV

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1.	Conceito de citação.....	405
2.	Formas de citação	405
2.1	Citação por mandado.....	405
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades.....	407
2.2	Citação do militar	408
2.3	Citação do funcionário público	408
2.4	Citação do réu preso.....	408
2.5	Citação por edital e por hora certa.....	409
2.5.1	Conteúdo do edital	410
3.	Suspensão do processo e da prescrição.....	410
4.	Conceito de intimação	412
5.	Procedimento para as intimações.....	413
Síntese	414

Capítulo XVI
SENTENÇA

1. Conceito de sentença.....	417
2. Outros atos jurisdicionais.....	417
3. Natureza jurídica da sentença	418
4. Outras classificações.....	419
5. Conteúdo da sentença	419
6. Modificação da definição jurídica do fato.....	420
7. Correlação entre acusação e sentença	421
8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato.....	422
9. Independência do juiz para julgar	424
10. Absolvição vinculada.....	424
11. Elementos da sentença condenatória	426
11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	426
12. Publicação e intimação da sentença.....	427
13. Efeitos da sentença condenatória.....	428
Síntese	429

Capítulo XVII
PROCEDIMENTOS

1. Processo e procedimento.....	431
2. Procedimento e devido processo legal.....	431
3. Procedimento comum e procedimento especial.....	432
4. Procedimento comum.....	433
4.1 Procedimento ordinário	433
4.2 Procedimento sumário.....	437
4.3 Procedimento sumaríssimo.....	439
5. Procedimentos especiais	439
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais	439
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo.....	440
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos....	443
5.4 Procedimento dos crimes falimentares	444
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	448
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra	450
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	453
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos	457
Síntese	460

Capítulo XVIII
TRIBUNAL DO JÚRI

1. O Júri na Constituição Federal.....	477
2. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário.....	478

3. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	479
4. A formação da culpa no procedimento do júri.....	480
5. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação	480
6. Pronúncia	483
6.1 Requisitos para a pronúncia	483
6.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados	484
6.3 Os crimes conexos na pronúncia.....	485
6.4 Alteração da classificação do crime	486
6.5 Possibilidade de correção da pronúncia	486
7. Impronúncia	487
8. Desclassificação da infração penal	487
9. Absolvição sumária.....	489
10. Intimação da pronúncia	490
11. Libelo crime-acusatório	490
11.1 Conceito.....	490
12. Fase de preparação do Plenário.....	491
12.1 Produção antecipada de provas	491
12.2 Desaforamento.....	492
12.3 Supressão de nulidade.....	495
12.4 Providências para o julgamento	496
13. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado.....	497
13.1 Organização do Júri.....	497
13.2 Composição do Júri.....	499
13.3 Função do jurado.....	499
14. Julgamento em Plenário.....	502
14.1 Formalidades iniciais	502
14.2 Formação do Conselho de Sentença	505
14.3 Interrogatório do réu	509
14.4 Relatório do processo e leitura de peças	510
14.5 Produção da prova testemunhal, incluída a vítima.....	511
14.6 Debates.....	512
14.7 Procedimento para o julgamento	515
14.8 Quesitos e questionário	517
14.8.1 Regras para a redação do questionário	518
14.8.2 O quesito defensivo e a tese da legítima defesa da honra	523
14.9 Votação em sala secreta	525
14.10 Sentença do Juiz Presidente	527
14.11 Ata do julgamento	531
14.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri	532
Síntese	533

Capítulo XIX NULIDADES

1.	Conceito	535
2.	Atos inexistentes e irregulares	536
3.	Princípios que regem as nulidades	536
3.1	Não há nulidade sem prejuízo	536
3.2	Não há nulidade provocada pela parte	537
3.3	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária	538
3.4	Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa	538
3.5	A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes	538
4.	Desatendimento de normas constitucionais	539
5.	Nulidade em inquérito policial	539
6.	Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas	540
7.	Espécies de nulidade absoluta	540
7.1	Incompetência	540
7.1.1	Coisa julgada e incompetência	541
7.1.2	Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial	542
7.2	Suspeição e impedimento	542
7.3	Suborno do juiz	543
7.4	Ilegitimidade de parte	543
7.5	Ausência de denúncia ou queixa e representação	543
7.6	Ausência do exame de corpo de delito	544
7.7	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	544
7.8	Falta de citação, ampla defesa e contraditório	545
7.9	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia	546
7.10	Ausência do réu e realização da sessão	546
7.11	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri	546
7.12	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	547
7.13	Inexistência dos quesitos e suas respostas	547
7.14	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri	547
7.15	Ausência da sentença	548
7.16	Ausência de processamento ao recurso de ofício	548
7.17	Ausência de intimação para recurso	548
7.18	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão	548
7.19	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas	548
7.20	Decisão carente de fundamentação	549
8.	Espécies de nulidade relativa	549
8.1	Infringência à regra da prevenção	549
8.2	Falta de intervenção do Ministério Público	550
8.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	550
8.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência	550

8.5 A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	551
8.6 Ausência da forma legal dos atos processuais.....	551
9. Momento para arguição das nulidades relativas.....	551
10. Convalidação das nulidades	552
Síntese	553

Capítulo XX

RECURSOS

1. Conceito de recurso.....	557
2. Natureza jurídica do recurso.....	558
3. Características fundamentais dos recursos	558
4. Efeitos dos recursos	559
5. Recurso de ofício.....	559
6. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos	560
6.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso	560
6.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público.....	561
6.3 Múltipla legitimidade recursal.....	561
6.4 Interesse recursal	562
6.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	563
6.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	564
6.7 Princípio da fungibilidade dos recursos.....	565
7. Recurso em sentido estrito	565
7.1 Conceito	565
7.2 Cabimento	565
7.3 Processamento do recurso em sentido estrito.....	574
8. Correição parcial.....	576
8.1 Conceito.....	576
8.2 Natureza jurídica da correição	576
8.3 Processamento	577
9. Reclamação	578
9.1 Conceito de reclamação	578
9.2 Fundamento constitucional	578
9.3 Processamento da reclamação	579
10. Agravo em execução criminal.....	579
10.1 Conceito de agravo em execução criminal	579
10.2 Rito do agravo	580
11. Apelação.....	581
11.1 Conceito de apelação	581
11.2 Hipóteses de cabimento da apelação	582
11.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros.....	587
11.4 Processamento da apelação.....	589
11.5 Trâmite no tribunal	591
12. Agravo nos tribunais	595

12.1	Conceitos	595
12.2	Processamento	595
13.	Embargos de declaração.....	596
13.1	Conceito e extensão.....	596
13.2	Processamento dos embargos de declaração.....	596
14.	Carta testemunhável.....	598
14.1	Conceito e natureza jurídica	598
14.2	Cabimento e processamento da carta testemunhável.....	598
15.	Embargos infringentes e de nulidade.....	600
15.1	Conceito.....	600
15.2	Processamento	600
16.	Recursos extraordinário e especial	601
16.1	Conceito de recurso extraordinário.....	601
16.2	Conceito de recurso especial.....	602
16.3	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário.....	603
16.4	Reexame de matéria de fato	603
16.5	Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário.....	603
16.6	Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria.....	605
17.	Recurso ordinário constitucional	607
18.	Embargos de divergência	607
19.	Normas disciplinadoras da competência recursal.....	608
	Síntese	609

Capítulo XXI

AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1.	Introdução.....	613
2.	Revisão criminal.....	613
2.1	Conceito de revisão criminal e natureza jurídica.....	613
2.2	Polos ativo e passivo na revisão criminal	614
2.3	Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais	616
2.4	Hipóteses para o cabimento da revisão criminal.....	617
2.5	Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido	620
2.6	Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento.....	621
2.7	Indenização pelo erro judiciário.....	624
3.	<i>Habeas corpus</i>	626
3.1	Conceito de <i>habeas corpus</i>	626
3.2	Origem no Brasil.....	627
3.3	Ampliação do seu alcance	627
3.4	Natureza jurídica	628
3.5	Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização	628
3.6	Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento	629
3.7	Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	631
3.7.1	Regras gerais	631

3.7.2	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	632
3.7.3	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	633
3.7.3.1	Prequestionamento em <i>habeas corpus</i>	633
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	634
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	634
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora.....	634
3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	635
3.8.1	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	637
3.9	Formalidades e condições da impetração.....	639
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação.....	641
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares.....	642
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	643
4.	Mandado de segurança.....	645
4.1	Conceito.....	645
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal.....	646
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	647
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	647
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	647
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	647
4.3	Alguns aspectos do processamento.....	647
4.3.1	Medida liminar.....	647
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	648
4.3.3	Petição inicial.....	648
4.3.4	Litisconsórcio necessário.....	648
4.3.5	Direito líquido e certo.....	648
4.3.6	Prazo para ajuizamento.....	649
4.3.7	Custas, despesas e honorários.....	649
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar.....	649
4.3.9	Participação do Ministério Público.....	649
4.3.10	Recursos cabíveis.....	649
Síntese	650

Capítulo XXII REABILITAÇÃO

1.	Conceito de reabilitação.....	651
2.	Procedimento.....	651
3.	Recurso de ofício.....	652
4.	Comunicação ao Instituto de Identificação.....	652
5.	Revogação da reabilitação.....	653
Síntese	653

Capítulo XXIII
RELAÇÕES JURISDICIONAIS
COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1.	Fundamento constitucional.....	655
2.	Regras especiais.....	655
3.	Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais.....	657
3.1	Formalidades para a homologação.....	657
4.	Carta rogatória	658
4.1	Conceito de carta rogatória.....	658
4.2	Outras diligências.....	659
4.3	Carta rogatória vinda do exterior	660
Síntese		660

Capítulo XXIV
DISPOSIÇÕES GERAIS
DO PROCESSO PENAL

1.	Audiências dos Juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais.....	661
2.	Publicidade dos atos processuais em geral	661
3.	Comportamento em audiências.....	662
4.	Realização dos atos processuais	663
5.	Conceito de prazo e contagem	664
6.	Retirada dos autos de cartório.....	667
7.	Custas nos processos criminais.....	668
8.	Estatísticas criminais	669
Síntese		670
BIBLIOGRAFIA		671
APÊNDICE Casos práticos.....		699
OBRAS DO AUTOR.....		715